



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal 2404/2021 que alterou as Leis 848/90, 1231/99, 1673/08 e 2215/2018

PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO(A) TUTELAR

EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA AS INSTRUÇÕES

1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas.
2. A prova consistirá de 20 (vinte) questões objetivas e 1 (uma) questão dissertativa.
3. Cada questão objetiva possui 4 (quatro) alternativas (A, B, C e D), de múltipla escolha, das quais apenas uma deve ser assinalada.
4. Cada questão objetiva vale 0,3 pontos e a questão dissertativa vale 4,0 pontos. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão-resposta. **Utilize somente caneta azul ou preta.**
5. Não se esqueça de assinar sua prova.
6. O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
7. Durante a prova, é vedado o contato e o empréstimo de qualquer material entre os candidatos.
8. Ao terminar, entregue ao responsável de sala a prova e o cartão-resposta assinado, que é o único documento válido para correção.
9. O candidato não poderá levar o caderno de prova. Somente levará consigo cópia do gabarito disponibilizado no presente caderno de prova.
10. Esta prova terá duração de 3 horas, com início às 09:00 e término às 12:00. Em sentindo necessidade de consulta a respeito do horário, pergunte ao fiscal de prova de forma que todos possam ouvir.
11. O candidato será aprovado se obtiver 50% (por cento) de acerto.

BOA PROVA!

Nome: _____

Assinatura



QUESTÕES OBJETIVAS

1. Dentre os tipos de violência, os maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes pelos próprios pais ou responsáveis são extremamente comuns. Na dinâmica familiar, muitas vezes a violência ou a negligência é considerada natural, ou mesmo como uma forma de resolução de conflitos. Contrário a essa prática, o ECA determina em seu art. 18- A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Para os fins desta Lei, considera-se tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que o humilhe ou o ameace gravemente ou o:

- a) ridicularize.
- b) corrija.
- c) culpabilize.
- d) eduque.

2. Uma das transformações trazidas pela mobilização popular da década de 1980 foi a conquista da condição cidadã para a criança e o adolescente, promulgada no ECA. Nessa direção, o Estatuto dedica diferentes artigos na especificação dos direitos legalmente previstos. Assim, é que o ECA prevê o direito de acesso à escola pública e gratuita próxima à residência da criança ou do adolescente. Ampliando essa perspectiva, o art. 56 determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, esgotados os recursos escolares, os casos de: maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, e, também:

- a) incidência de baixo desempenho.
- b) ocorrências de agressões.
- c) elevados níveis de repetência.
- d) envolvimento com drogas.



3. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada:

- a) no máximo, a cada 2 (dois) meses.
- b) no máximo, a cada 3 (três) meses.
- c) no máximo, a cada 6 (seis) meses.
- d) no máximo, a cada 9 (nove) meses.

4. Quanto ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária inscrito no Estatuto da Criança e Adolescente, a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional NÃO se prolongará por mais de:

- a) 24 (vinte e quatro) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- b) 12 (doze) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- c) 36 (trinta e seis) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- d) 18 (dezoito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

5. São atribuições do Conselho Tutelar, nos moldes do art. 136 do ECA, EXCETO:

- a) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário
- b) representar ao Ministério Público para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente
- c) atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina
- d) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente

6. De acordo com o art. 28 do ECA, a colocação de criança ou adolescente em família substituta far-se-á mediante:



- a) tutela.
- b) guarda.
- c) curatela.
- d) adoção.

7. Na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos seus capítulos dispôs sobre o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho, visando assegurar formas do adolescente se preparar para o mercado de trabalho. Dessa forma, ao adolescente é possível atuar na condição de empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, desde que o trabalho NÃO seja executado da seguinte forma:

- a) em horários e locais que permitam a frequência à escola.
- b) em ambiente perigoso, insalubre ou penoso.
- c) em período noturno, entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- d) em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

8. Com relação ao disposto na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade compreende-os seguintes aspectos, EXCETO:

- a) Brincar, praticar esportes e divertir-se;
- b) Participar da vida política, na forma da lei;
- c) Opinião e expressão;
- d) Ir, vir e estar nos logradouros públicos a exceção dos espaços comunitários.

9. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, são considerados crianças e adolescentes, respectivamente:

- a) a pessoa até doze anos de idade completos, e aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- b) a pessoa até doze anos de idade incompletos, e aquela entre doze e dezoito anos de idade.



c) a pessoa até onze anos de idade completos, e aquela entre onze e dezoito anos de idade.

d) a pessoa até onze anos de idade incompletos, e aquela entre onze e dezoito anos de idade.

10. A respeito da adoção e nos moldes dos artigos 39 e seguintes do ECA, julgue as afirmativas adiante como verdadeiras (V) ou falsas (F):

() A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

() É vedada a adoção por procuração.

() A adoção atribui a condição de afilhado ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

() Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, desfazem-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes

() Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil

A sequência está correta em:

a) V – F – V – F - V

b) F – V – V – F – F

c) V – V – F – F - V

d) F – F – V – V - V

11. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será:

a) Encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

b) Orientada a realizar a entrega diretamente a uma família que queira realizar a adoção.

c) Orientada a entregar a criança diretamente ao Conselho Tutelar.

d) Processada e punida por abandono de incapaz.



12. Na hipótese de cometimento de ato infracional por adolescente, o ECA prevê critérios e procedimentos a serem adotados, a fim de assegurar o adequado tratamento ao menor. Admite, ainda, que em caso de flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária, será privado de sua liberdade. A respeito da internação antes da sentença, nos moldes do art. 108, pode ser determinada pelo prazo máximo de:

- a) 30 dias.
- b) 45 dias.
- c) 60 dias.
- d) 90 dias.

13. Quanto às medidas sócio-educativas reconhecidas pelo ECA, uma vez verificado a prática de ato infracional pela autoridade competente, ela poderá aplicar determinadas medidas, EXCETO:

- a) encarceramento.
- b) prestação de serviço à comunidade.
- c) advertência.
- d) inserção em regime de semi-liberdade.

14. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo:

- a) Em estabelecimentos que pertençam à família.
- b) Na realização de trabalho informal.
- c) Em trabalhos que não sejam penosos ou insalubres.
- d) Na condição de aprendiz.

15. Nos casos que excedem os recursos escolares, como evasão escolar, maus-tratos envolvendo alunos e elevados níveis de repetência, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar o(a):

- a) Ministério Público.
- b) Juízo da Vara da Infância e Juventude.
- c) Conselho Tutelar.
- d) Delegacia.



16. Dentre as alternativas abaixo, assinale a INCORRETA, com base no art. 81 do Estatuto da Criança e do Adolescente. É proibida a venda à criança ou ao adolescente:

- a) revistas e publicações de interesse científico.
- b) armas, munições e explosivos.
- c) produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
- d) fogos de estampido e de artifício.

17. De acordo com o ECA, a autoridade competente ao tomar conhecimento de ameaça ou violação aos direitos de crianças e adolescentes, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- a) destituição da tutela da criança e/ou do adolescente.
- b) inclusão da criança e/ou do adolescente em programa oficial de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente.
- c) acolhimento pessoal da criança e/ou adolescente, levando-o para sua casa.
- d) perda da guarda da criança e/ou do adolescente.

18. Nos termos do artigo 100 da Lei 8.069/90 (ECA), são princípios que regem a aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente, EXCETO:

- a) privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada.
- b) obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa.
- c) proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada.
- d) intervenção máxima: a intervenção deve ser realizada por toda a sociedade de forma máxima, independente da necessidade efetiva da proteção dos direitos da criança ou do adolescente.

19. O conselheiro tutelar, no exercício de suas atribuições, é responsável pela tomada de decisões de modo a atribuir efetividade ao serviço desempenhado. As decisões do



Conselho Tutelar, por sua vez, admitem revisão em casos de pedido de quem tenha legítimo interesse. Em caso de revisão das decisões do Conselho Tutelar, somente poderão ser feitas:

- a) pelo Chefe do Poder Executivo.
- b) pelo Presidente da Câmara.
- c) pelo(a) Delegado(a).
- d) pela Autoridade Judiciária.

20. Em relação ao artigo 130 do ECA, das hipóteses de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, o artigo estabelece que:

- A) o afastamento da moradia comum somente ocorrerá se houver condições socioeconômicas da família sem a participação do agressor.
- B) a criança ou adolescente será afastada da moradia, como medida cautelar determinada pela Conselho Tutelar.
- C) verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual, o juiz poderá determinar como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.
- D) as mães não serão afastadas da moradia, mesmo quando estas forem responsáveis ou contribuírem para o ato.

QUESTÃO DISCURSIVA

Pedro é um adolescente de 14 anos, que vive em uma família em situação de extrema pobreza. Seus pais são usuários de drogas e negligenciam sua educação e cuidados básicos. Pedro frequentemente fica sem alimentação adequada, não vai à escola regularmente e sofre violências verbal e física por parte de seus pais.

Um vizinho, preocupado com a situação do adolescente, decidiu entrar em contato com o Conselho Tutelar local, relatando a situação observada e pedindo ajuda aos seus membros.

Na condição de ocupante do cargo de Conselheiro(a) Tutelar, e diante do caso hipotético narrado, construa um plano de atendimento, elencando todas as medidas necessárias para dar o devido atendimento à situação, considerando que as informações virão a ser confirmadas, em sua totalidade.

